

Renan Albuquerque - Weberson Grizoste
organizadores



Estudos
Clássicos e
Humanísticos
& Amazonidades

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Vol. 2

© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319t ALBUQUERQUE, R.
G431w GRIZOSTE, W.

Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades - vol. 2 , Renan
Albuquerque e Weberson Grizoste, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm - 218 páginas

ISBN - 978-85-5467-016-0

1. Antropologia - 2. Letras - 3. Estudos clássicos e humanísticos - 4,
Amazonas - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Letras

Estudos Clássicos e Humanísticos

Amazonas

Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

RETÓRICA CLÁSSICA: DEFINIÇÕES E PERCURSO

Francisco de Assis Costa de Lima¹

Quintiliano (Marcus Fabius Quintilianus (30 – 96 d. C.)), em sua obra *Institutio Oratoria* (Educação do orador), apresenta-nos quatro definições representativas da retórica clássica: 1) a definição atribuída a Córax e Tísias, Górgias e Platão (a retórica como criadora de persuasão); 2) a de Aristóteles (a retórica como a faculdade de descobrir os meios possíveis de persuadir por qualquer modo); 3) a atribuída a Hermágoras de Temnos (retórica como a capacidade de falar bem no que diz respeito às questões públicas); 4) a dele próprio, Quintiliano (a retórica como *scientia bene dicendi* – a ciência do bem falar) (ALEXANDRE JÚNIOR, *in* ARISTÓTELES, 1998, p. 15). Todas as definições parecem apontar para o consenso de que a retórica visa à criação de discursos com finalidade persuasiva. Unificando os conceitos clássicos, Alexandre Júnior (*in* Aristóteles, 1998, p. 17) propõe a seguinte definição: “retórica é, pois, uma forma de comunicação, uma ciência que se ocupa dos princípios e técnicas de comunicação. Não de toda a comunicação, obviamente, mas daquela que tem fins persuasivos”. Parece-nos que a definição de retórica como ciência não soa muito adequada. O próprio vocábulo empregado por Aristóteles para designá-la, *tékne* (*arte*), a coloca em clara oposição com *epísteme* (ciência). Varga (1995, p. 276) assevera que “A retórica não é uma ciência, mas um conjunto de técnicas que se trata de aprender. A aprendizagem faz-se em certa ordem, e esta ordem é a da produção do discurso”. Discordamos, portanto, da definição proposta por Alexandre Júnior, especificamente quanto à atribuição de estatuto de ciência, a fim de respeitarmos a definição estabelecida pela retórica clássica, mas anuímos com ele quanto à sua finalidade estritamente persuasiva. Podemos dizer que a persuasão é a característica imanente da retórica. Cícero (*de Orat.*, I, 31, 138) é categórico quanto a

¹ É Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, área Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Amazonas (2017). Possui Especialização em Língua e Literatura Latina pela Universidade Federal do Amazonas (2006). É bacharel em Direito pela Faculdade Martha Falcão (2011) e graduação em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (1994). Ministrou a disciplina História e Formação da Língua e da Cultura Greco-Romana na Especialização em Estudos Clássicos da Universidade do Estado do Amazonas (2017).

esse traço essencial da arte da eloquência: “o primeiro dever do orador é falar de modo adequado a persuadir”².

RETÓRICA CLÁSSICA: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

Desde sua origem, de fato, a retórica tem a finalidade de convencer o interlocutor por meio de técnicas persuasivas de comunicação. Reboul (2004, p. 2) explica que a origem da retórica, por volta de 465 a. C., na Sicília grega, está ligada a conflitos judiciais, uma vez que a arte nasce vinculada à necessidade de defesa jurídica dos cidadãos expropriados de seus bens por tiranos. Para auxiliar os litigantes na defesa de suas causas, Córax e seu discípulo Tísias publicaram uma série de regras procedimentais práticas, uma “arte oratória” (*tekhnè rhetorikè*)³, uma espécie de manual didático com exemplos para quem quisesse recorrer à justiça e sustentar em juízo uma tese com vistas a vencer o litígio.

Da Sicília, a retórica migra para Atenas, que rapidamente a adotou, promovendo um refinamento de suas técnicas para aplicação na esfera política – principalmente no desenvolvimento da democracia da *polis* grega, fundada nos debates populares para as decisões políticas – e também na esfera judiciária. Nesse contexto judiciário, vencia não a causa necessariamente mais justa, porém o argumento de persuasão mais eficiente defendido em juízo, o que permite a ilação de que a retórica argumenta não a partir do verdadeiro, mas do verossímil⁴ (REBOUL, 2004, p. 2).

Nessa primeira fase da retórica, destacaram-se os sofistas, mestres itinerantes que ensinavam a eloquência e a filosofia, entre os quais se encontram Górgias (485 - 380 a. C) e Protágoras (486 - 410 a. C). Cabe a Górgias a criação de uma retórica literária, que se utiliza de uma prosa eloquente, fundamentada no uso de figuras de palavras e de pensamento, com o fim de conquistar a plateia por meio da beleza discursiva, mas que não passava de uma prosa grandiloquente, apenas com finalidade estética, sem preocupação com a busca da verdade (REBOUL, 2004, p. 4-6). Protágoras, por sua vez, relativizará toda a possibilidade de conhecimento da verdade ao defender que “o homem é a medida de todas as

2 Primum oratoris officium est dicere ad persuadendum accomodate. Todas as traduções do latim para o português da são de nossa autoria, exceto os trechos relativos às obras *Retórica a Herênio*, cuja autoria da tradução se encontra indicada nas referências.

3 Conforme Reboul (2004, p. 233), “Retórica, portanto, na origem é um adjetivo, que significava oratória. Com Aristóteles, a *tekhnè rhetorikè* tornar-se-á simplesmente *rhetorikè*, assim como hoje se diz lingüística”.

4 Verossímil é o que é provável, o que parece verdadeiro sem sê-lo. “Segundo Aristóteles, só o verossímil é objeto de persuasão, não a verdade. A persuasão está a serviço da opinião. Nesse ponto Aristóteles se opõe radicalmente a seu professor Platão para quem a persuasão é um instrumento de exposição da verdade e da opinião verdadeira” (TRINGALI, 2014, p. 48).

coisas”, inexistindo, portanto, uma verdade objetiva. Para Protágoras, “não existe a verdade em si, mas uma verdade de cada indivíduo” (REBOUL, 2004, p. 8).

Essa forma de pensar implicará consequências teleológicas fundamentais para a retórica, pois, partindo da visão de que não havia uma verdade objetiva, mas apenas uma realidade provável, para os sofistas “a finalidade da retórica não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra; ela já não está devotada ao saber, mas sim ao poder” (REBOUL, 2004, p. 9-10). Trata-se, assim, da primazia da eficácia sobre o verdadeiro e até mesmo sobre o verossímil, pois o que importa, nesse caso, é vencer pela palavra, auferir o sucesso na persuasão por meio da “aparência de lógica e do encanto do estilo” (REBOUL, 2004, p. 9).

Em seus diálogos, o filósofo grego Platão (427 – 347 a. C) combaterá duramente as ideias dos sofistas, os quais ele acusa de construírem uma falsa arte do discurso: “A autêntica arte do discurso, desvinculada do verdadeiro, não existe e não poderá jamais existir” (FEDRO, 260, *apud* REBOUL, 2004, p. 18). Em lugar dessa falsa retórica, Platão propõe uma retórica que realmente prepare o cidadão para falar e pensar, uma retórica que se funde na verdade e que busque a aprovação não das multidões, mas dos deuses, contudo a proposta do filósofo cria uma retórica a serviço da dialética, como mera expressão da filosofia, destituída de autonomia (REBOUL, 2004, p. 19). Caberá a seu discípulo, Aristóteles, buscar conferir autonomia à retórica, sistematizando-a de forma rigorosa.

A RETÓRICA DE ARISTÓTELES

Aristóteles (384 – 322 a. C) tem o mérito de ser o primeiro a sistematizar, na Antiguidade clássica, os estudos sobre os meios de persuasão, lançando o que se pode chamar de verdadeira pedra angular da teoria retórica. Importante observar, como acentua Corbett (1971, p. xi, *apud* Alexandre Júnior, *in* Aristóteles, 1998, p. 12) que

A Rhetorica de Aristóteles não é o produto da mera idealização de princípios nascidos com e por ele convencionados para persuadir e convencer outras pessoas. É, sim, o produto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objetivo de ajudar outros a exercitarem-se correctamente nas técnicas de persuasão.

Como preleciona Alexandre Júnior, (*in* Aristóteles 1998, p. 33), “A obra de Aristóteles é fundamental para a consolidação histórica da retórica, não só porque define e esclarece a sua função, mas também porque estabelece as categorias indispensáveis à constituição do sistema retórico”. Dessa forma, claro está que Aristóteles não foi o criador da Retórica, mas organizou-a de tal forma, transformando-a “[...] num sistema, que seus sucessores completarão, mas sem modificar” (REBOUL, 2004, p. 43). Contudo, Aristóteles não apenas organizou a retórica, ele, sobretudo, inovou-a e, conforme Alexandre Júnior (*in* Aristóteles, 1998, p. 22),

A grande inovação de Aristóteles foi o lugar dado ao argumento lógico como elemento central na arte de persuasão. A sua Retórica é sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico, isto é, uma teoria da argumentação persuasiva. E uma das maiores qualidades reside no facto de ela ser uma técnica aplicável a qualquer assunto.

A sistematização promovida por Aristóteles divide a retórica em quatro partes, que representam as quatro fases de composição de um discurso a serem cumpridas pelo orador, se não quiser que seu discurso se torne vazio, ou desordenado, ou mal escrito, ou inaudível: a invenção (*héuresis*, em grego) – etapa na qual o orador empreende a busca de todos os argumentos e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso; a disposição (*táxis*) – fase em que o orador organiza a apresentação das ideias, ordenando os argumentos em um plano de exposição de acordo com as estratégias de convencimento; a elocução (*léxis*) – etapa em que as ideias são transformadas em palavras escritas, ou seja, a fase de redação do discurso, incluindo aqui o estilo; a ação (*hypócrisis*) – o momento de enunciação efetiva do discurso, compreendendo todos os efeitos de voz, mímicas e gestos (REBOUL, 2004, p. 43-44)⁵.

Aristóteles (Retórica, 1355a) diz que existe um método que se ocupa das argumentações, ou seja, um método usado para construir a persuasão:

Ora, sendo evidente que o método artístico é o que se refere às provas por persuasão e que a prova por persuasão é uma espécie de demonstração (pois somos persuadidos sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado), que a demonstração retórica é o entimema e que este é, geralmente falan-

5 Em grego, cada fase é denominada, respectivamente, *héuresis*, *táxis*, *léxis* e *hypócrisis*. Os romanos, embora com a reconhecida influência grega, cuidaram de traduzir para o latim, criando, na retórica romana, as palavras correspondentes a cada etapa da construção discursiva: *inventio*, *dispositio*, *elocutio* e *actio*. Além disso, acrescentaram a essas fases a *memoria*, fase em que o orador procura aprender de cor e reter na memória os argumentos a serem usados.

do, a mais decisiva de todas as provas por persuasão; que, enfim, o entimema é uma espécie de silogismo, e que é do silogismo em todas a suas variantes que se ocupa a dialética, no seu todo ou nalguma das suas partes, é igualmente evidente que quem melhor puder teorizar sobre as premissas – do que e como se produz um silogismo – também será o mais hábil em entimemas, porque sabe a que matérias se aplica o entimema e que diferenças este tem dos silogismos lógicos. Pois é próprio de uma mesma faculdade discernir o verdadeiro e o verossímil, já que os homens têm uma inclinação natural para a verdade e a maior parte das vezes a alcançam. E por isso, ser capaz de discernir sobre o plausível é ser igualmente capaz de discernir sobre a verdade⁶. (*grifos nossos*)

Por meio desse método, baseado em provas (*pístis*), chegamos à demonstração (*apódeixis*), sobretudo a uma demonstração retórica (*apódeixis retoriké*), que é o entimema (*enthimema*), o qual, ao lado do exemplo (*parádeigma*), constitui a base dos recursos argumentativos próprios da retórica:

Mas no que toca à persuasão pela demonstração real ou aparente, assim como na dialética se dão a indução, o silogismo e o silogismo aparente, também na retórica acontece o mesmo. Pois o exemplo é uma indução, o entimema é um silogismo, e o entimema aparente é um silogismo aparente. Chamo entimema ao silogismo retórico e exemplo à indução retórica. E, para demonstrar, todos produzem provas por persuasão, quer recorrendo a exemplos quer a entimemas, pois fora destes nada mais há. (Retórica, 1356b, *grifos nossos*)

A função da retórica, para o Estagirita⁷, é descobrir os meios adequados para o convencimento: “Entendemos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Retórica, 1355b). Quando fala em “descobrir o que é adequado a cada caso”, Aristóteles está se referindo às provas de persuasão, as quais ele divide em *átēkhnai* (não técnicas ou inartísticas) e *éntēkhnai* (técnicas ou artísticas)⁸:

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não. Chamo de provas inartísticas a todas as que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos, e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as que se podem pre-

6 A tradução dos textos originais em grego da *Retórica* de Aristóteles para o português é de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Confrontamos essa tradução portuguesa com a tradução italiana, edição bilingue grego-italiano, texto crítico, tradução e notas de Marco Dorati. Os dados relativos às duas obras se encontram nas referências.

7 Aristóteles nasceu em Estagira, colônia jônica localizada na Macedônia, no norte da Grécia. Daí o adjetivo pátrio “Estagirita”, usado para referir-se ao filósofo grego.

8 As provas *átēkhnai* (não técnicas), também chamadas de inartísticas ou extrínsecas, são as que não resultam da técnica retórica, pois já estão pré-constituídas; as provas *éntēkhnai* (técnicas), também chamadas de artísticas ou intrínsecas, são aquelas que resultam de um trabalho técnico do orador, de criação, de descoberta, de invenção da arte retórica.

parar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas. (Retórica, 1355b)

Na divisão proposta por Aristóteles, cabe ao orador descobrir, ou seja, inventar as provas técnicas (artísticas ou intrínsecas), pois as não técnicas (inartísticas ou extrínsecas) já existem, cabendo-lhe apenas utilizá-las, uma vez que são pré-constituídas. Observemos os verbos utilizados para uma e para outra prova: *utilizar* as provas não técnicas e *inventar* as provas técnicas. Assim, a seara específica de criação do orador – em que ele buscará construir uma demonstração (*apódeixis*) persuasiva, utilizando-se de recursos argumentativos próprios da retórica (entimemas e exemplos) – concentra-se nas provas técnicas.

O Estagirita aduz que as provas de persuasão (*pístis*) residem no *ethos*, no *pathos* e no *logos*: “As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (Retórica, 1356a). Depois, o autor da *Retórica* explica como se obtém a persuasão por meio de cada um dos instrumentos:

Persuade-se pelo caráter (*ethos*) quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] [...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio (*pathos*) [...] [...] Persuade-se, enfim pelo discurso (*logos*) quando mostramos a verdade ou o que parece ser verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (Retórica, 1356a; *inserções nossas entre parênteses*).

Na concepção aristotélica, portanto, as provas técnicas (artísticas ou intrínsecas), ou seja, as provas que o orador precisa inventar, como instrumento de persuasão, compreendem: as provas éticas (*ethos*), provas patéticas (*pathos*) e provas lógicas (*logos*). O *ethos* constitui o caráter de que o orador deve se revestir para conquistar a confiança do auditório; o *pathos* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o discurso do orador deve despertar nos ouvintes; o *logos* é a dimensão racional do que é exposto no discurso (o raciocínio empregado no discurso). Temos, assim, dois meios de ordem afetiva (o *ethos* e o *pathos*) e um de ordem racional (o *logos*). (REBOUL, 2004, p. 47-48).

Primeiramente, trabalhando a prova ética, o orador há de se preocupar em construir uma autoimagem moral que o habilite perante o público como

alguém digno de confiança bem como a imagem de outra pessoa que faça parte da cena do discurso. Provamos, nesse caso, com base no caráter moral do orador que profere o discurso. Conforme Tringali (2014, p. 145)

As provas éticas se baseiam no valor ou desvalor de alguém, manifestado por seu caráter. Pode-se dizer que é o argumento baseado na caracterização moral de alguém. [...] A partir de Platão e de Catão se exige que o orador seja um perito na arte oratória e sobretudo que seja um homem honesto. A boa ou má imagem moral de alguém ajuda a persuadir.

As provas patéticas, por sua vez, resultam das emoções e das paixões que o orador consegue despertar nos ouvintes. *Pathos* designa, em grego, emoção, paixão. Utilizando-se de provas patéticas, o orador busca suscitar na audiência um estado psicológico permeado por emoções e paixões. Trata-se de um instrumento de persuasão que apela para o coração e não para a razão. Como salienta Tringali (2014, p. 147), nesse caso:

O poder de coagir do discurso se mede pelo poder da afetividade. Em vez de convencer diretamente a razão, o orador comove o coração para obter o mesmo resultado. O orador modifica o estado de alma do ouvinte. Pela afetividade, se estabelece um poderoso vínculo entre orador e auditório. Nessa linha, a Retórica é psicagógica, pois cativa a mente e arrasta a vontade dos ouvintes, compelindo-os a agir.

Esses dois tipos de prova, a ética e a patética, são de ordem afetiva, pois atuam na área emocional: a prova ética constrói as imagens de caráter, procurando transmitir credibilidade, a fim de conquistar adesão para sua tese; a prova patética desperta a emoção e a paixão nos ouvintes, buscando impelir o público à ação.

As provas lógicas, por outro lado, são de ordem racional, uma vez que se referem à argumentação propriamente dita. Por envolver o raciocínio lógico e persuasivo, a prova lógica constitui a parte mais importante da oratória (DAYOUB, 2004, p. 16). Ressai da explicação de Aristóteles (1356b) que essas podem ser indutivas e dedutivas:

Mas no que que toca à persuasão pela demonstração real ou aparente, assim como na dialética se dão a indução, o silogismo e o silogismo aparente, também na retórica acontece o mesmo. Pois o exemplo é uma indução, o entimema é um silogismo, e o entimema aparente é um silogismo aparente. Chamo entimema ao silogismo retórico e exemplo à indução retórica. (*grifos nossos*)

O exemplo é uma indução, porque, citando-se um caso particular, ocorrido no passado, pode-se persuadir o auditório de que assim também é o caso geral, a ocorrer no futuro; o entimema, sendo um tipo de silogismo, trata-se de um tipo de dedução típico da oratória que parte de premissas apenas verossímeis, ou seja, prováveis (DAYOUB, 2004, p. 16). O Estagirita confere valor essencial às provas lógicas, uma vez que “[...] para demonstrar, todos produzem provas por persuasão, quer recorrendo a exemplos quer a entimemas, pois fora destes nada mais há” (*Retórica*, 1356b).

Ainda que dê destaque ao *logos*, o sistema retórico de Aristóteles promove a articulação entre os três instrumentos de persuasão: “privilegiando o *logos* em seu sistema retórico, Aristóteles articulou, em sua obra *Arte Retórica*, a argumentação (*logos*) às emoções (*pathos*) como princípio para a produção do caráter (*ethos*) do orador” (SACRAMENTO, 2009, p. 92).

Em outras palavras, significa dizer, como explica Pinto (2002, *apud* Ferragini, 2013, p. 42), que, “para Aristóteles, a técnica retórica está focada na mensagem, mas incorpora o lugar da prova ética (*ethos* - orador), o lugar da prova patética (*pathos* - auditório) e o lugar da prova lógica (*logos* - tese, mensagem propriamente dita)”.

A tarefa de encontrar os argumentos adequados pressupõe, nessa fase de *inventio*, a determinação do tipo de discurso que empreenderá, ou seja, do gênero discursivo adequado à situação. Nesse sentido, após definir os tipos de instrumentos de persuasão, Aristóteles apresenta os gêneros discursivos, dividindo-os em três: o deliberativo (ou político), o judicial (ou judiciário ou forense) e o epidíctico (ou laudatório ou demonstrativo). Cada gênero discursivo vai comportar diferentes tipos de ouvintes (auditório), de atos e de finalidades. No discurso deliberativo, por exemplo, os ouvintes são membros de uma assembleia, os atos desenvolvidos são o aconselhamento ou a dissuasão e a finalidade é o conveniente ou o prejudicial; no discurso judicial, o ouvinte é juiz, os atos desenvolvidos são a acusação e a defesa e a finalidade é chegar à comprovação do justo ou do injusto; no epidíctico, o ouvinte é o espectador, os atos desenvolvidos são o elogio ou a censura e a finalidade do discurso é o belo ou o feio (*Retórica*, 1358b). A cada gênero discursivo correspondem, também, segundo Aristóteles, tipos de argumentos a serem utilizados prevalentemente: no discurso deliberativo, usa-se o exemplo (indutivo); no judicial, emprega-se o entimema (dedutivo); no epidíctico, a amplificação (*Retórica*, 1368a).

Reboul (2004, p. 47) nos apresenta uma excelente tabela síntese da teoria de Aristóteles a respeito dos gêneros discursivos, observando que “o mérito de Aristóteles foi mostrar que os discursos podem ser classificados segundo o auditório e segundo a finalidade”:

Os três gêneros discursivos

| | Auditório | Tempo | Ato | Valores | Argumento tipo |
|--------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------|
| Judicial | Juízes | Passado (fatos por julgar) | Acusar Defender | Justo Injusto | Entimema (dedutivo) |
| Deliberativo | Assembleia | Futuro | Aconselhar Desaconselhar | Útil Nocivo | Exemplo (indutivo) |
| Epidíctico | Espectador | Presente | Louvar Censurar | Nobre Vil | Amplificação |

Tabela 1 – gêneros discursivos na concepção de Aristóteles (REBOUL, 2004, p. 47)

Determinado o gênero do discurso, o orador deve achar os argumentos apropriados para seu discurso. Aristóteles (1396a) adverte que, antes de tudo, é necessário contar com argumentos pertinentes ao tema sobre o qual se vai falar e argumentar para poder tirar conclusões:

Primeiro, convém saber que o assunto sobre o qual se vai falar ou raciocinar – quer se trate de um silogismo político ou de outro gênero qualquer – tem necessariamente de contar com argumentos pertinentes, senão todos, pelo menos alguns; porque, se não dispomos deles, não teremos nada donde retirar uma conclusão.

Nessa tarefa de descobrir os argumentos, a retórica encontra como disciplina auxiliar a tópica, disciplina inventada por Aristóteles para achar e justificar os argumentos (TRINGALI, 2014, p. 150-151). De fato, o Estagirita sustenta que é indispensável selecionar argumentos inerentes ao discurso:

Por conseguinte, como parece que todos os oradores seguem este método nas suas demonstrações, quer os seus silogismos sejam mais rigorosos, ou mais brandos, (já que não argumentam a partir de todos os pressupostos, mas somente dos que são relevantes para cada caso), e como também já ficou dito nos Tópicos, é indispensável, antes de tudo, ter selecionado sobre cada assunto um conjunto de propostas acerca do que é possível e mais oportuno.

Quanto às questões que surgem de improviso, a investigação deve seguir o mesmo método, atendendo não aos argumentos indeterminados, mas aos que são inerentes ao discurso, englobando o maior número possível e que estejam mais próximos do assunto em causa. (*Retórica*, 1396b, *grifos nossos*)

Aristóteles enumera no livro segundo da *Retórica*, de 1397a 1402a, trinta e oito tópicos (*tópoi*)⁹ a partir dos quais o orador pode extrair argumentos, entre os quais, podemos citar, por exemplo: a análise dos contrários; as flexões casuais semelhantes; as definições, os diferentes sentidos de uma palavra; o juízo sobre um caso idêntico, igual ou contrário; estabelecer ou refutar um argumento por meio do exagero etc.

Esses *tópoi* constituem, na retórica aristotélica, as fontes de argumentação, ou seja, ponto de partida para a construção da argumentação retórica. São como uma lista de argumentos que os oradores têm à sua disposição para erigir um discurso. Tringali (2014, p. 151) elucida o conceito de lugares-comuns *ad litteram*:

Lugares-comuns retóricos são nomes que representam conceitos de onde se tiram argumentos que valem para muitas circunstâncias. [...] Assim, quando, na Retórica Antiga, se queria provar alguma coisa, recorria-se a um “menu” de nomes de argumentos, tais como definição, divisão, etimologia, comparação... Pelo que a Tópica se constitui por uma lista de nomes de lugares-comuns donde se tiram argumentos prováveis. No entanto, ela só relaciona os nomes dos lugares-comuns e sua concepção, sem oferecer os argumentos já prontos. Cabe ao orador forjar um argumento orientado por um nome e conceito. Provo alguma coisa pelo conceito de “causa”, de “gênero”...

Aristóteles (*Retórica* 1377b) parece estabelecer, anteriormente, o itinerário para a construção de um *logos* retórico a partir dos *tópoi*:

Tais são, pois, as matérias donde devemos extrair os argumentos para aconselhar e desaconselhar, louvar e censurar, acusar e defender-se; tais são também as opiniões e as premissas que são úteis para as provas, pois é sobre tais matérias e a partir dessas premissas que se retiram os entimemas que tratam propriamente de cada um dos gêneros oratórios.

Dessa forma, o *logos* retórico tem um ponto de partida (*tópos*); o *tópos* gera uma premissa (*prótasis*); a qual é a base de uma argumentação (*prístis*) e de

⁹ Os *tópoi kainoi* da retórica aristotélica receberam a denominação de *loci communes* (lugares-comuns) na retórica latina, significando em ambas as fontes de argumentação, isto é, palavras ou frases que dão nomes aos argumentos; não devem ser confundidos com os lugares-comuns da tópica estilística, em que significam motivos que se repetem, enfaticamente, num determinado contexto (TRINGALI, 2014, p. 150).

onde se retiraram o entimemas específicos para cada gênero de discurso.

Ao desvelar as técnicas de elaboração do discurso, Aristóteles não só nos mostra a arte de produzi-los, mas também nos propicia, sobretudo, os meios para interpretá-los, entregando-nos uma teoria que cumpre uma função hermenêutica da retórica, uma vez que nos ajuda a interpretar o texto clássico.

A RETÓRICA EM ROMA

A retórica romana constitui uma reelaboração da retórica grega¹⁰. Desde a *Retórica a Herênio* até Quintiliano, podemos verificar a marca das teorias aristotélicas e pós-aristotélicas. Garavelli (2000, p. 38) afirma que “os oradores romanos conheceram a *téchne rhetoriké* dos gregos frequentando suas escolas mais célebres, especialmente a asiática e a ródica¹¹ [...]”. Somente bem depois do surgimento da retórica na Grécia (primeiros decênios do século V a. C.), a arte oratória florescerá em Roma: [...] é preciso chegar, sem dúvida, ao segundo decênio do século I (entre 82 e 85 a. C.), e não antes, para encontrar uma obra retórica escrita em latim¹² [...] (GARAVELLI, 2000, p. 38).

Garavelli refere-se, nesse caso, às duas obras iniciais da retórica romana coetâneas, a *Rhetorica ad Herennium*, cuja autoria, embora considerada por muitos como desconhecida, é atribuída hoje ao rétor Cornifício, e o *De inuentione*¹³, de Cícero, que se tornaram “os únicos veículos de transmissão da retórica antiga na Idade Média” (GARAVELLI, 2000, p. 38). Nesses dois manuais de retórica, podemos ver as marcas da retórica grega.

A reprodução dos gêneros discursivos descritos por Aristóteles encontra-se, por exemplo, no *Inu.*, de Cícero, que deixa claro partir das ideias do Estagirita ao citá-lo textualmente:

Aristóteles, pois, que acrescentou a esta arte muitas contribuições e recursos de estilo, considerou dever do orador ocupar-se de três gêneros de discursos:

10 Reboul (2004, p. 71-2) comenta que “A primeira tarefa da retórica latina foi traduzir os termos gregos. Por exemplo, metáfora em Cícero transforma-se em *translatio*, epidíctico é *demonstrativum*. *Tekhné rhetoriké* será chamada de *ars oratoria*, ou *rhetorica*. Significativo: a palavra grega *rhetor* terá duas traduções: *orator*, que é o executante, o fazedor de discursos, e *rhetor*, que é o professor, geralmente grego”.

11 Los oradores romanos conocieron la *téchne rhetoriké* de los griegos asistiendo a sus escuelas más célebres, especialmente la asiática y la ródica [...]

12 [...] hay que llegar, sin embargo, al segundo decenio del siglo I (entre el 82 y el 85 a. C.), y no antes, para encontrar una obra retórica escrita en latín [...]

13 O *De inuentione* parece ser anterior à *Retórica a Herênio*, pois, segundo Garavelli (2000, p. 67) foi escrita “por Cícero aos dezoito anos como primeira sessão de uma obra (que nunca foi concluída) sobre as cinco partes da retórica” (Se ha mencionado aquí la importancia que tuvieron en la Edad Media los dos libros del *De Inuentione*, escritos por Cicerón a los diecinueve años, como primera sección de una obra (que nunca fue concluída) sobre las cinco partes de la retórica). A considerar, portanto, a idade com que Cícero o escreveu, o *De inuentione* seria datado de 87 a. C.

o demonstrativo, o deliberativo e o judicial. O demonstrativo é o que atribui louvor ou censura para determinada pessoa; o deliberativo, o qual numa discussão civil, contém em si a defesa de uma opinião; o judicial, que, usado no tribunal, envolve uma acusação ou uma defesa ou uma petição e uma contestação. Então, conforme nossa opinião, deve-se crer que a arte e a capacidade do orador ocupam-se dessa matéria subdividida em três gêneros¹⁴. (Cic. *Inu.*, I, 7)

O autor da *Retórica a Herênio*, a julgar pela similaridade dos textos, parece beber da mesma fonte que Cícero:

Três são os gêneros de causas de que o orador deve incumbir-se: o demonstrativo, o deliberativo e o judiciário. O demonstrativo destina-se ao elogio ou vitupério de determinada pessoa. O deliberativo efetiva-se na discussão, que inclui aconselhar e desaconselhar. O judiciário contempla a controvérsia legal e comporta acusação pública ou reclamação em juízo com defesa¹⁵. (RETÓRICA a Herênio, 1.2)

O mesmo se pode constatar com relação às partes de retórica, descritas nas duas obras. Vejamos o que Cícero escreve a respeito dessa divisão:

Por isso, parece-nos que a matéria da arte retórica seja aquela, a qual como dissemos, foi observada por Aristóteles: suas partes, porém, são aquelas que a maior parte tem denominado de invenção, disposição, elocução, memória e pronunciação. Invenção é a descoberta de argumentos verdadeiros ou verossímeis, que tornem a causa plausível; disposição é a distribuição ordenada dos argumentos descobertos; elocução é a adequação de palavras [e de frases] convenientes à invenção¹⁶; memória é a sólida apreensão na mente das ideias e das palavras para os argumentos encontrados na invenção; Pronunciação é o ajuste, de modo conveniente, de ideias e de palavras, de voz e de gestos¹⁷. (Cic. *Inu.*, I, 9)

14 Aristoteles autem, qui huic arti plurima adiumenta atque ornamenta subministravit, tribus in generibus rerum versari rhetoris officium putavit, demonstrativo, deliberativo, iudiciali. Demonstrativum est, quod tribuitur in alicuius certae personae laudem aut vituperationem; deliberativum, quod positum in disceptatione civili habet in se sententiae dictionem; iudiciale, quod positum in iudicio habet in se accusationem et defensionem aut petitionem et recusationem. Et, quem ad modum nostra quidem fert opinio, oratoris ars et facultas in hac materia tripartita versari existimanda est. (*De inuentione*, I, 7)

15 Triã genera sunt causarum, quae recipere debet orator: demonstratiuum, deliberatiuum, iudiciale. Demonstratiuum est, quod tribuitur in alicuius certae personae laudem uel uituperationem deliberatiuum est in consultatione, quod habet in suasionem et dissuasionem. iudiciale est, quod positum est in controuersia et quod habet accusationem aut petitionem cum defensionem. (RETÓRICA a Herênio, 1, 2)

16 A ideia seria: a adequação de palavras e frases convenientes aos argumentos descobertos na invenção.

17 Quare materia quidem nobis rhetoricae videtur artis ea, quam Aristoteli visam esse diximus; partes autem eae, quas plerique dixerunt, inventio, dispositio, elocutio, memoria, pronuntiatio. Inventio est excogitatio rerum verarum aut veri similibum, quae causam probabilem reddant; dispositio est rerum inventarum in ordinem distributio; elocutio est idoneorum verborum [et sententiarum] ad inuentionem accommodatio; memoria est firma animi rerum ac verborum ad inuentionem perceptio; Pronuntiatio est ex rerum et verborum dignitate vocis et corporis moderatio.

No mesmo sentido, a *Retórica a Herênio* apresenta esta divisão para o sistema retórico:

O orador deve ter invenção, disposição, elocução, memória e pronúncia. Invenção é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. Disposição é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção. Memória é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. Pronúncia é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto¹⁸. (RETÓRICA a Herênio, 1, 3)

Entre as novidades apresentadas pelas duas obras, temos o acréscimo de uma quinta parte, a dimensão da *memoria*, ao sistema retórico apresentado por Aristóteles, o qual é composto de apenas quatro partes (cf. supra, item 3, nota de rodapé n. 5).

A *inventio* é a primeira etapa na construção de um discurso, correspondendo à fase em que o orador seleciona todos os tipos de argumentos. Na concepção de Cícero, é a parte principal e mais importante em todos os gêneros de causas: “por isso a invenção, que é de todas as partes a principal em todos os gêneros de causas, será considerada, acima de tudo, como deve ser¹⁹” (CIC., *Inu.*, 1, 9). Não é ocioso recorrer à etimologia para trazer a lume o significado da palavra em latim, a qual deriva do verbo *invenio*, *-is, -ire, inveni, -ventum*, que significa *achar, encontrar, descobrir* (GLARE, Peter G. W. et al (1968). A *inventio*, portanto, constitui a etapa em que o orador vai buscar compor seus argumentos, listando o que lhe pode servir como argumento na construção do discurso. Nessa fase, o orador elabora realmente um inventário, um rol de todos os argumentos possíveis e de “outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso” (REBOUL, 2004, p. 43).

Tal parte deve constituir, portanto, o ponto de partida para nossa análise de um texto clássico, pois é nela que encontramos todo o material argumentativo reunido pelo orador para construir o discurso. Nas palavras de Cícero (*Inu.*, 1, 9), “invenção é a descoberta de argumentos verdadeiros ou verossímeis,

18 Oportet igitur esse in oratore inuentionem, dispositionem, elocutionem, memoriam, pronuntiationem. Inuentio est excogitatio rerum uerarum aut ueri similibus, quae causam probabilem reddant. Dispositio est ordo et distributio rerum, quae demonstrat, quid quibus locis sit collocandum. Elocutio est idoneorum uerborum et sententiarum ad inuentionem adcommodatio. Memoria est firma animi rerum et uerborum et dispositionis perceptio. Pronuntiatio est uocis, uultus, gestus moderatio cum uenustate.

19 Quare inuentio, quae princeps est omnium partium, potissimum in omni causarum genere, qualis debeat esse, consideretur.

que tornem a causa plausível²⁰. Trata-se, portanto, de achar os argumentos que serão utilizados, de reunir “as provas apropriadas aos três “meios” de instruir, de agradar e de comover (*logos, ethos, pathos*)” (VARGA, 1995, p. 277). É uma fase em que o orador procede a um trabalho mental para encontrar o que vai dizer, ou seja, as provas que usará. Varga (1995, p. 277) explica que nessa etapa:

O futuro autor percorre os lugares que correspondem ao seu gênero: reúne leis e causas célebres para o texto judicial, motivos de elogio e de reprovação para o epidíctico. Reflete sobre os modos possíveis do raciocínio, tendo em conta não só a qualidade intelectual mas também as emoções previsíveis do seu público: apreciará estas as narrações e os exemplos, será sensível ao efeito patético dos entimemas, quer dizer, dos silogismos “truncados” que silenciam a sua premissa mais geral (e, portanto, mais banal também)?

Na tarefa de descoberta de argumentos, a exemplo do que Aristóteles já havia disposto na *Retórica*, Cícero aponta para a necessidade de o orador buscar auxílio na tópica, disciplina que ajuda a achar os argumentos nos lugares-comuns. O Arpinate (*Inu.*, 2, 48; 49) assinala que “Chamamos, portanto, lugares-comuns a estes argumentos que podem ser transferidos [e aplicados] a muitas causas. [...] o discurso se distingue e se ilustra, introduzindo de modo máximo lugares-comuns e algum lugar já confirmado com aqueles argumentos mais conhecidos pelos ouvintes.²¹”.

Encontrados os argumentos, é necessário dispô-los metodicamente, por meio da disposição (*dispositio*). Cícero (*Inu.*, 1, 9) explica-nos que a “disposição é a distribuição ordenada dos argumentos descobertos²²”. Corresponde à etapa em que o orador analisa em quais locais estratégicos poderá colocar os argumentos encontrados na etapa da invenção. Como explica Reboul (2004, p. 60),

A disposição tem primeiramente uma função econômica: permite nada omitir sem nada repetir; em suma, possibilita que o orador “se ache” a cada momento do discurso. Depois, quaisquer que sejam os argumentos que organize, a disposição é em si mesma um argumento. Graças a ela, o orador faz o auditório encaminhar-se pelas vias e pelas etapas que escolheu, conduzindo-o assim para o objetivo que propôs.

20 Inventio est excogitatio rerum verarum aut veri similium, quae causam probabilem reddant.

21 Haec ergo argumenta, quae transferri in multas causas possunt, locos communes nominamus. [...] Distinguitur autem oratio atque illustratur maxime raro inducendis locis communibus et aliquo loco iam certioribus illis [auditoribus] argumentis confirmato.

22 [...] dispositio est rerum inventarum in ordinem distributio [...]

Compreendia esta parte da retórica, segundo Garavelli (2000, p. 118-9), três operações: 1) a operação de divisão natural do discurso e de cada uma de suas seções, de acordo com o que estava previsto para o discurso persuasivo (exórdio, narração, argumentação, epílogo ou peroração); 2) a ordenação dos conteúdos (sobretudo a disposição dos argumentos demonstrativos) a partir de três modelos possíveis: a ordem de força crescente (argumentos mais fracos no início e mais fortes no final), a ordem de força decrescente (argumentos mais fortes no início e mais fracos no final) e a ordem chamada homérica ou nestoriana²³ (argumentações mais sólidas no início e no final do discurso, pondo-se os argumentos mais fracos no meio); 3) a ordem das palavras e a formulação das ideias.

Após promover a ordenação de seus argumentos, o orador passa, propriamente, à redação de seu discurso. Tal etapa, chamada de elocução (*elocutio*) é definida por Cícero (*Inu.*, 1, 9) como “a adequação de palavras [e de frases] convenientes à invenção”. Trata-se de conferir uma forma linguística às ideias, aos argumentos encontrados na etapa da invenção. Aqui se relacionam, portanto, forma e conteúdo, buscando o orador lapidar estilo, construir um texto com clareza e correção gramatical, atentando para a escolha das palavras e para a construção da frase de forma ornamental. Cícero (*de Orat.*, 3, 10, 37) aponta quatro qualidades da elocução, a saber, a correção gramatical (*latinitas*), a clareza (*planum*), a elegância (*ornatus*) e a adequação do discurso às circunstâncias (*aptum*): “Qual então é o melhor modo de eloquência [...] senão quando falamos em bom latim, com clareza, com elegância, de modo conveniente e coeso, a respeito de um assunto qualquer que seja?”²⁴.

Convém assinalar que Aristóteles já havia tratado no terceiro livro da *Retórica* sobre as qualidades da expressão, indicando como tais a clareza, a correção gramatical, a adequação da expressão ao assunto e a expressão adequada a cada gênero:

Consideremos, por conseguinte, que estas questões foram já examinadas e propúnhamos como definição que a virtude suprema da expressão enunciativa é a clareza [...]. [...] O princípio básico da expressão enunciativa, porém, é falar corretamente. Isto radica em cinco aspectos. [...] O primeiro aspecto reside, pois, na correta colocação das partículas coordenativas. O segundo consiste em falar por meio de termos ‘específicos’, e não ‘gerais’. O terceiro é não utilizar vocábulos ambíguos. Isto a não ser que se prefira o contrário,

²³ Chama-se deste modo porque, segundo o relato de Homero no quarto livro da *Iliada*, quando Nestor ordenou o alinhamento das tropas gregas, colocou as menos seguras no centro. (GARAVELLI, 2000, p. 119)

²⁴ Quinam igitur dicendi est modus melior [...] quam ut Latine, ut plane, ut ornate, ut ad id, quodcumque agetur, apte congruenterque dicamus?

ou seja, fingir que se diz algo por meio delas quando não se tem nada a dizer [...]. O quarto aspecto reside em distinguir o gênero das palavras tal como Protágoras: masculino, feminino e neutro [...]. O quinto aspecto consiste em empregar corretamente o plural, dual, singular [...]. A expressão possuirá a forma conveniente se exprimir emoções e caracteres, e se conservar a ‘analogia’ com os assuntos estabelecidos [...]. É preciso, porém, não esquecer que a cada gênero é ajustado um tipo de expressão diferente. (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1404b, 1406b, 1407a, 1408a, 1413b)

Concluída a parte de redação do discurso, na *elocutio*, o orador romano passava à próxima fase, a memória (*memoria*)²⁵, que se “fixa, definitivamente, como parte da retórica, a partir dos romanos” (TRINGALI, 2014, p. 211). Trata-se de uma arte de memorizar o discurso por meio de um conjunto de procedimentos mnemotécnicos, tais como, associar a imagem de uma âncora para um trecho sobre o navio ou a imagem de um dardo para um trecho sobre a uma batalha. Nessa fase, portanto, o orador busca aprender de cor e reter na memória os argumentos que usará no discurso.

Por fim, o orador chega à ação (*actio*), que é o momento de enunciação efetiva do discurso com todos os seus efeitos de voz e de gestos. É a fase que completa o ciclo de produção do discurso retórico. Embora Quintiliano ensinasse que se podia chamar a essa fase, indiferentemente, pronúnciação (*pronuntiatio*) ou ação (*actio*), em verdade, esta fase estava subdividida em duas partes: uma relativa à voz (a pronúnciação) e outra relativa aos gestos (a gesticulação). Dessa forma, como enfatiza Tringali (2014, p. 216),

“[...] seria mais acertado preferir usar a palavra ação, que compreende a pronúnciação e gesticulação. [...] Na ação, pronúncia-se o discurso acompanhado de gestos. A pronúnciação se destina aos ouvidos e a gestualidade, aos olhos. Na ação, em sentido geral, se transmite o discurso ao auditório por meio da voz (pronúnciação) e de possíveis gestos (gestualidade). Parece quase impossível falar sem algum gesto. Evidentemente que a voz tem o primado sobre os gestos. A gestualidade serve à pronúnciação. Pelo exposto, preferimos dar a essa quinta parte o nome geral de ação. A ação compreende a pronúnciação e a gesticulação. A pronúnciação indica uma parte da ação.

A ação é a parte mais importante da Retórica, uma vez que é nela que o discurso se consuma. Como vimos no início do item 4, Cícero, no *Inu.*, 1, 9,

25 Há uma série de discussões entre os tratadistas quanto a inclusão ou não da memória no “cânon da Retórica”. Alguns defendem que se trata de uma parte incluída na *Actio* ou *Pronuntiatio*, ou seja, na enunciação do discurso. O fato é que, a partir dos romanos, sobretudo com Quintiliano, que a considerou como uma técnica a ser aprendida por meio de processos mnemotécnicos, a memória passou a ser considerada como uma quinta parte da Retórica.

considera a invenção (*inventio*) “a parte principal e mais importante em todos os gêneros de causa”. A fim de evitar qualquer erro de interpretação, julgamos que o orador esteja se referindo à *inventio* como a parte mais importante para a busca dos argumentos em todos os gêneros de causa, e não como a parte mais importante da Retórica, pois, no *Orat.*, Cícero, para fundamentar seu ponto de vista sobre a parte mais importante da Retórica, acosta o exemplo de Demóstenes, que considerava a ação como a parte principal:

Com efeito, maus oradores frequentemente conseguiram um bom nome graças à dignidade da ação, e bons oradores foram julgados maus oradores pela deficiência da ação, pelo que não foi sem razão que Demóstenes considerou ser a ação o primeiro, o segundo e o terceiro fator de sucesso retórico²⁶. (CIC., *Orat.*, 56)

De fato, sem a fase da ação, que compreende a pronúncia e a gestão, o discurso seria mero texto escrito sem impacto algum para o auditório. O discurso só se aperfeiçoa no momento da ação.

Da abordagem sobre a retórica romana, observamos fortes dependências teóricas da *ars oratoria* romana em relação a Aristóteles no campo da Retórica. Apesar disso, os romanos souberam imprimir a própria marca na arte da eloquência. Em Roma, a arte oratória encontrou um solo fértil para seu desenvolvimento, uma vez que, para fazer carreira e projetar-se no meio da sociedade, o romano precisava percorrer um caminho pré-definido, chamado *cursus honorum*²⁷. Para isso, era fundamental falar bem em público. A importância do poder de persuasão nas assembleias e nos comícios, constituíram uma excelente oportunidade para os romanos se exercitarem na eloquência. Além disso, o exuberante direito romano propiciou o surgimento de grandes advogados, tais como Cícero e Quintiliano, os quais, a partir da prática oratória forense, erigiram verdadeiros tratados de retórica, entre os quais estão, como os mais axiais, o *De oratore* (55 a. C.), o *Orator* (46 a. C.), de Cícero, e a *Institutio oratória* (93 a. C.).

A Antiguidade deixa como herança para a Idade Média o conjunto de sistemas retóricos greco-romanos, que subsistirão, inclusive, sob a égide da

26 Nam et infantes actionis dignitate eloquentiae saepe fructum tulerunt et deserti deformitate agendi multi infantes putati sunt; ut iam non sine causa Demosthenes tribuerit et primas et secundas et tertias actioni.

27 *Cursus honorum* (carreira das honras) designava o percurso sequencial das magistraturas romanas. Era a sequência de cargos na magistratura, regulada no início do século II a. C. e revisada no governo de Sila (82 a. C.), por meio da *lex Cornelia de Magistratibus*. A sequência das magistraturas para quem aspirasse à carreira política abrangia numa escala crescente: a questura (idade mínima para o exercício: 31 anos); a edilidade (idade mínima para o exercício: 37 anos); a pretura (idade mínima para o exercício: 40 anos) e o consulado (idade mínima para o exercício: 43 anos).

Igreja, a qual, apesar de rejeitar os autores pagãos, como inúteis e perigosos, utilizou a retórica em seu trabalho missionário como ferramenta de persuasão e comunicação (REBOUL, 2004, p. 77).

A partir do século XVI, atacada por correntes cartesiano-positivistas, a retórica foi se reduzindo a meras construções de artifícios estilísticos. Como preleciona Tringali (2014, p. 233):

A elocução, entre as partes do discurso, se torna hegemônica e central. Assim, a Retórica Clássica se define como uma Retórica da elocução, uma arte da composição do estilo, identificando-se com a Poética. Persuadir se torna irrelevante. Ela se propõe ensinar não só a falar bem como escrever bem, sendo, de modo geral, uma *ars bene dicendi*²⁸.

Assim, a Retórica deixa de existir como disciplina Retórica e se transforma em estilística. Isso, contudo, não significa o sepultamento da Retórica, pois ela sobrevive, como esclarece Reboul (2004, p. 82), no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, renovando-se como comunicação de massa até renascer, na Europa, nos anos 60 como uma nova retórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. K. Varga. (1995) “Retórica e produção do texto” in Angenot, Marc et al. (Org.). Teoria literária. Tradução de Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 268-286.

Aristóteles (1998) Retórica. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda.

Aristotele (1996) Retorica. Milano: Arnoldo Mondadori Editore.

B. C. Ferragini (2013) Código florestal: a retórica de ruralistas e ambientalistas nos artigos de opinião. Campo Grande: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

B. M. Garavelli (2000). Manual de retorica. Madrid: Cátedra.

Ciceronis, M. Tulli. Orator. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/repub1.shtml>, acesso em 24/02/2018, às 22:40.

—. De oratore. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml>, acesso em 24/02/2018, às 22:30.

28 A arte de bem falar.

—. De inuentione. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml>, acesso em 23/02/2018, às 04:22.

D. Tringali (2014) *A retórica antiga e outras retóricas: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Musa Editora.

I. Sacramento (2009) “A midiática da retórica” *Fronteiras – estudos midiáticos* 2, 89-102.

O. Reboul (2004) *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

P. G. W. Glare *et al* (1968). *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Oxford University Press.

Retórica A Herênio (2005) Trad. e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra.